



Desenvolvimento humano – passado, presente e futuro

O desenvolvimento humano é muito mais do que o aumento ou quebra dos rendimentos nacionais. Tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. O desenvolvimento tem a ver, portanto, com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida a que dêem valor. E tem a ver com muito mais do que o crescimento económico, que é apenas um meio – ainda que muito importante – de alargar as escolhas das pessoas.

Para alargar estas escolhas, é fundamental a criação das capacidades humanas – o conjunto de coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. As capacidades mais elementares para o desenvolvimento humano são: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar na vida da comunidade. Sem estas, muitas outras escolhas simplesmente não estão disponíveis e muitas oportunidades na vida mantêm-se inacessíveis.

Esta forma de olhar para o desenvolvimento, frequentemente esquecida na preocupação imediata com a acumulação de bens e riqueza financeira, não é nova. Os filósofos, economistas e líderes políticos, desde há muito que enfatizam o bem-estar humano como o objectivo, o fim, do desenvolvimento. Como dizia Aristóteles, na Grécia antiga, "A riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos, pois ela é útil apenas para obter outra coisa qualquer".

Na procura dessa outra coisa qualquer, o desenvolvimento humano comunga de uma visão comum com os direitos humanos. O objectivo é a liberdade humana. E esta liberdade é vital na persecução das capacidades e na realização dos direitos. As pessoas têm de ser livres para exercer as suas escolhas e para participar na tomada de decisão que afecta as suas vidas. O desenvolvimento humano e os direitos humanos reforçam-se mutuamente, ajudando a garantir o bem-estar e a

dignidade de todos, criando respeito próprio e respeito pelos outros.

TRINTA ANOS DE PROGRESSO IMPRESSIONANTE – MAS, UM LONGO CAMINHO AINDA A PERCORRER

Os desafios do desenvolvimento humano mantêm-se grandes no novo milénio (quadros 1.1 e 1.2). Vemos, em todo o mundo, níveis inaceitáveis de privação na vida das pessoas. Dos 4,6 mil milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, mais de 850 milhões são analfabetas, perto de mil milhões não têm acesso a fontes de água melhoradas, e 2,4 mil milhões não têm acesso a saneamento básico.¹ Perto de 325 milhões de rapazes e raparigas estão fora da escola.² E 11 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem todos os anos de causas evitáveis – o equivalente a 30.000 por dia.³ Cerca

O desenvolvimento tem a ver com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida a que dêem valor

QUADRO 1.1

Privações graves em muitos aspectos da vida

Países em desenvolvimento

Saúde

- 968 milhões de pessoas não têm acesso a fontes de água melhoradas (1998)
- 2,4 mil milhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico (1998)
- 34 milhões de pessoas vivem com HIV/SIDA (final de 2000)
- 2,2 milhões de pessoas morrem anualmente devido à poluição do ar interna (1996)

Educação

- 854 milhões de analfabetos adultos, dos quais 543 milhões de mulheres (2000)
- 325 milhões de crianças fora da escola nos níveis primário e secundário, das quais 183 milhões de raparigas (2000)

Privação de rendimento

- 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia (dólares PPC de 1993), 2,8 mil milhões com menos de 2 dólares por dia (1998)

Crianças

- 163 milhões de crianças com peso deficiente menores de cinco anos (1998)
- 11 milhões de crianças menores de cinco anos morrem anualmente de causas evitáveis (1998)

Países da OCDE

- 15% de adultos são funcionalmente analfabetos (1994-98)
- 130 milhões de pessoas privadas de rendimento (com menos de 50% do rendimento médio) (1999)
- 8 milhões de pessoas subalimentadas (1996-98)
- 1,5 milhões de pessoas vivem com HIV/SIDA (2000)

Fonte: Smeeding 2001b; UNAIDS 2000a, 2000b; UNESCO 2000b; World Bank 2000d, 2001b, 2001c, 2001f; WHO 1997, 2000; OECD e Statistics Canada 2000.

QUADRO 1.2

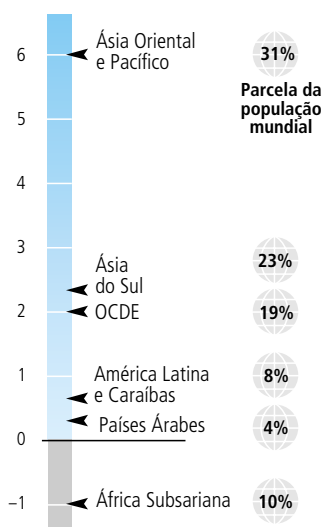
Países que sofreram retrocessos no índice de desenvolvimento humano, 1999

IDH mais baixo que em 1975	IDH lmais baixo que em 1980	IDH mais baixo que em 1985	IDH mais baixo que em 1990	IDH mais baixo que em 1995
Zâmbia	Federação Russa Roménia Zimbabwe	Botswana Bulgária Burúndi Congo Letónia Lesoto	África do Sul Bielorrússia Camarões Lituânia Moldávia Quênia Suazilândia Ucrânia	Malawi Namíbia

Fonte: Quadro de indicadores 2.

FIGURA 1.1
O crescimento do rendimento varia entre regiões

Taxa de crescimento anual do PIB per capita (percentagem), 1975-99



Fonte: Quadro de indicadores 11.

de 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia (dólares PPC de 1993),⁴ e 2,8 mil milhões com menos de 2 dólares por dia.⁵ Estas privações não estão limitadas aos países em desenvolvimento. Nos países da OCDE, mais de 130 milhões de pessoas estão privadas de rendimento,⁶ 34 milhões estão desempregadas e as taxas de analfabetismo funcional entre os adultos são, em média, de 15%.

A magnitude destes desafios parece desencorajadora. Contudo, só muito poucas pessoas reconhecem que os impressionantes ganhos do mundo em desenvolvimento, nos últimos 30 anos, demonstram a possibilidade de erradicar a pobreza. Uma criança nascida agora pode esperar viver mais oito anos do que uma nascida há 30 anos. Muitas mais pessoas podem ler e escrever, tendo a taxa de alfabetização de adultos aumentado de um valor estimado de 47%, em 1970, para 73% em 1999. A parcela de famílias rurais com acesso a água potável aumentou mais de cinco vezes.⁷ Muitas mais pessoas podem beneficiar de um nível de vida digno, tendo os rendimentos médios nos países em desenvolvimento quase duplicado, em termos reais, entre 1975 e 1998, de 1.300 dólares para 2.500 dólares (dólares PPC de 1985).⁸

As condições básicas para obter liberdades humanas transformaram-se nos 10 últimos anos, à medida que mais de 100 países em desenvolvimento e em transição acabaram com regimes militares ou de partido único, abrindo-se a escolhas políticas. E o compromisso formal com os padrões internacionais de direitos humanos cresceu extraordinariamente desde 1990. Estes são, apenas, alguns dos indicadores dos ganhos impressionantes em muitos aspectos do desenvolvimento humano (destaque 1.1).

Para lá deste resultado de progresso mundial, está um quadro mais complexo de experiências variadas através de países, regiões, grupos de pessoas e dimensões de desenvolvimento humano. Os quadros de indi-

cadores deste Relatório fornecem um rico conjunto de dados sobre muitos indicadores de desenvolvimento humano, para 162 países, assim como agregados para países agrupados por região, rendimento e nível de desenvolvimento humano. O destaque 1.2 dá-nos um instantâneo.

CONTRASTES REGIONAIS NO CAMINHO DO PROGRESSO

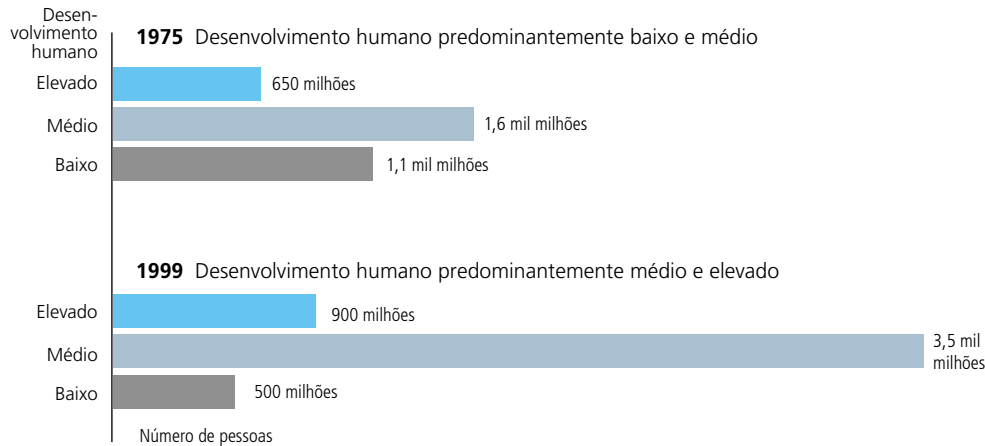
Todas as regiões fizeram progressos no desenvolvimento humano nos últimos 30 anos, mas avançando a passos muito diferentes e alcançando muito níveis diferentes. A Ásia Oriental e Pacífico fez um progresso rápido, sustentado, na maior parte das áreas, desde a expansão do conhecimento até à melhoria da sobrevivência, e ao aumento dos níveis de vida. A Ásia do Sul e a África Subsariana ficam muito para trás de outras regiões, com a pobreza humana e a privação de rendimento ainda elevadas. A taxa de alfabetização de adultos na Ásia do Sul é ainda de 55% e, na África Subsariana, de 60%, bem abaixo da média de 73% dos países em desenvolvimento. A esperança de vida à nascença na África Subsariana é ainda de apenas 48,8 anos, em comparação com mais de 60 anos em todas as outras regiões. E a parcela de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia atinge 46% na África Subsariana e 40% na Ásia do Sul, comparando com 15% na Ásia Oriental e Pacífico e na América Latina.⁹

Os Países Árabes também estão atrasados em muitos indicadores, mas têm estado a realizar o progresso mais rápido. Desde o princípio dos anos 70, a esperança de vida à nascença melhorou cerca de 14 anos e a taxa de mortalidade infantil de 85 por mil nados-vivos e, desde 1985, a taxa de alfabetização de adultos cresceu cerca de 15 pontos percentuais – um progresso mais rápido do que em qualquer outra região.

As diferenças entre regiões e países são particularmente marcadas no crescimento económico, o qual gera recursos públicos para investir na educação e serviços de saúde e aumenta os recursos de que as pessoas dispõem para beneficiarem de um nível de vida digno e melhorarem muitos outros aspectos das suas vidas. Em 1975-99, o rendimento per capita quadruplicou na Ásia Oriental e Pacífico, crescendo 6% ao ano (figura 1.1). A taxa de crescimento na Ásia do Sul excedeu 2%. Dois países que, em conjunto, contribuem para um terço da população mundial, tiveram bom desempenho: o rendimento per capita da China cresceu a uma taxa impressionante de 8% ao ano, e o da Índia a uma taxa média de 3,2%. Os países da OCDE tiveram um crescimento

O PROGRESSO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS TEM SIDO IMPRESSIONANTE...

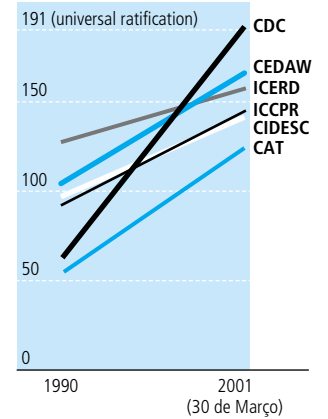
A estrutura mundial do desenvolvimento humano transformou-se



Nota: Os dados referem-se apenas aos países que têm dados disponíveis para 1975 e 1999.
 Fonte: Baseado nos quadros de indicadores 2 e 5.

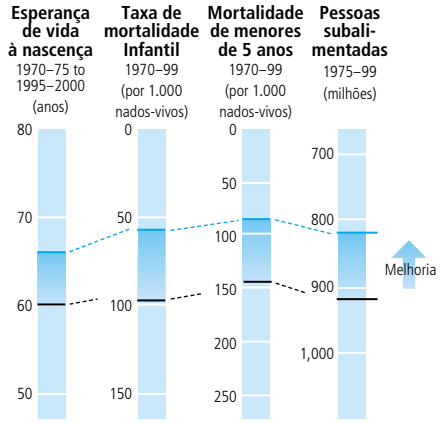
Reconhecimento mais activo dos direitos humanos

Países que ratificaram os 6 mais importantes convénios e convenções de direitos humanos



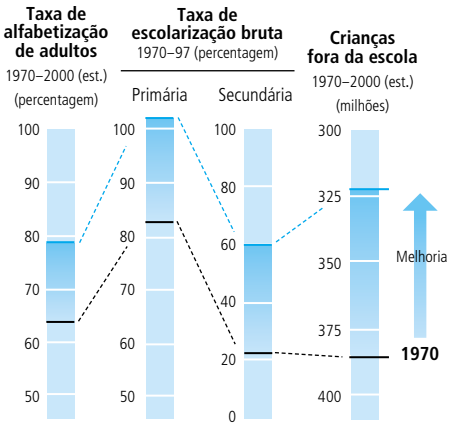
Nota: Para os nomes completos das convenções, ver as abreviaturas..
 Fonte: UN 2001b.

As pessoas vivem mais, com mais saúde...



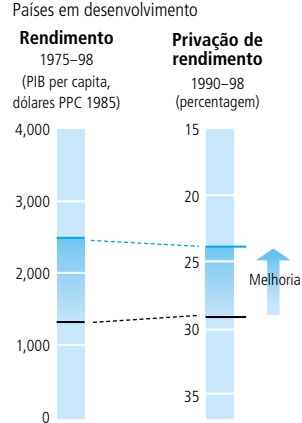
Fonte: Quadro de indicadores 8 e FAO 2000b.

...estão mais alfabetizadas e mais instruídas...



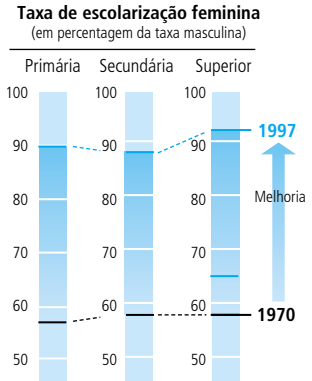
Fonte: UNESCO 2000b.

...e têm rendimentos mais elevados



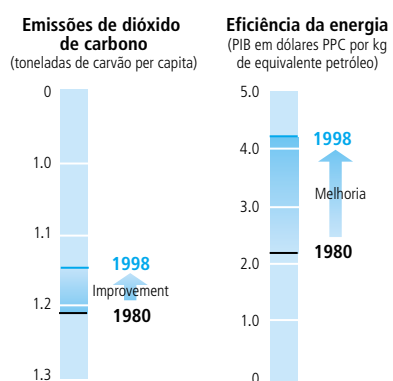
Nota: Os dados sobre a pobreza referem-se à parcela da população que vive com menos de 1 dólar por dia (dólares PPC de 1993).
 Fonte: Cálculos da Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseados em World Bank 2001g, 2001h..

Progresso em direcção à igualdade entre os sexos...



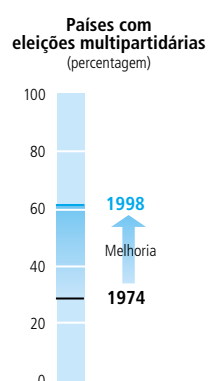
Fonte: Baseado em UNESCO 2001a.

... à sustentabilidade ambiental...



Fonte: UNDP, UNDESA e WEC 2000; quadro de indicadores 18.

... e à democracia

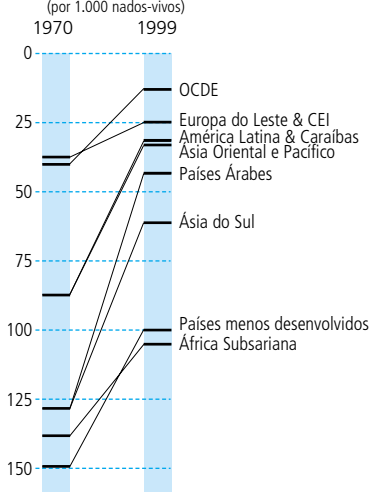


Fonte: IMF, OECD, UN e World Bank 2000.

...MAS A MARCHA DO PROGRESSO E OS NÍVEIS DE REALIZAÇÃO VARIAM AMPLAMENTE ENTRE REGIÕES E GRUPOS

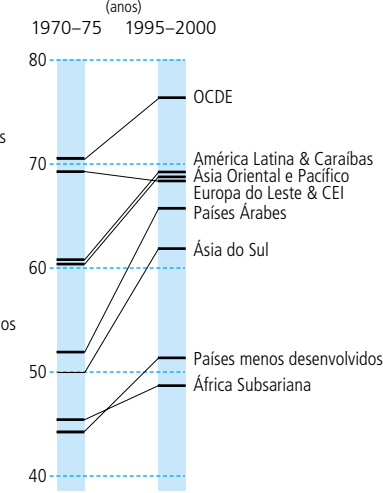
Variações regionais na sobrevivência humana, educação e rendimento

Taxa de mortalidade infantil



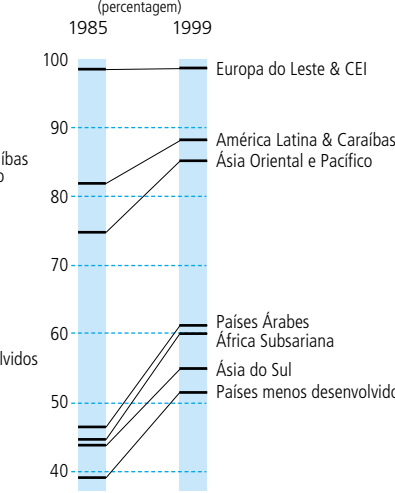
Fonte: Quadro de Indicadores 8.

Esperança de vida à nascença



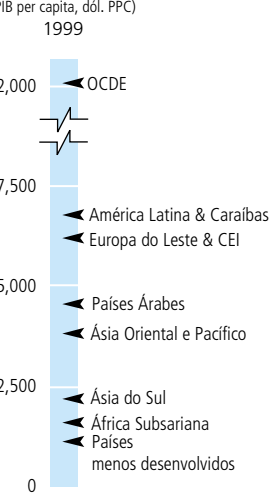
Fonte: Quadro de Indicadores 8.

Taxa de alfabetização de adultos



Fonte: Quadro de Indicadores 10.

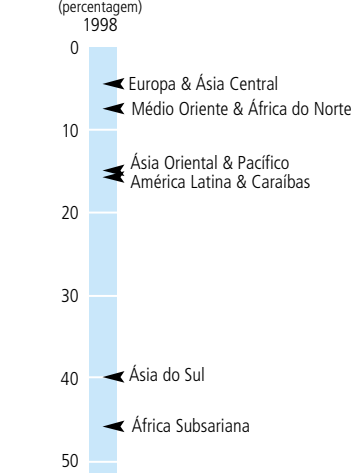
Rendimento



Fonte: Quadro de indicadores 11.

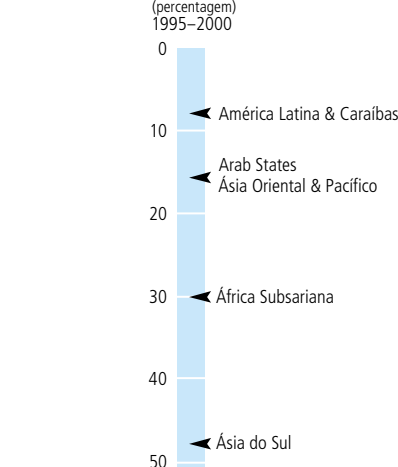
Variações regionais no rendimento e pobreza humana

Privação de rendimento



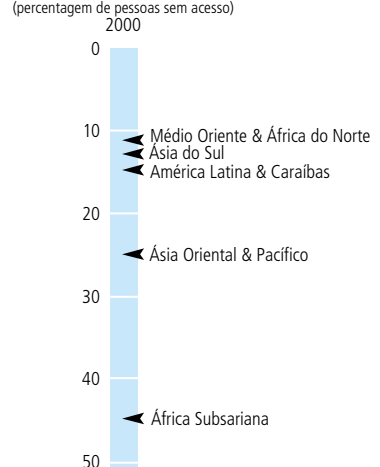
Nota: Os dados referem-se às classificações regionais do Banco Mundial e mostram a parcela da população que vive com menos de 1 dólar por dia (dólares PPC de 1993).
Fonte: World Bank 2001c.

Crianças com peso deficiente menores de cinco



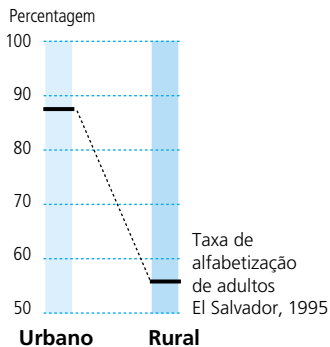
Fonte: Quadro de indicadores 7.

Fontes de água melhoradas

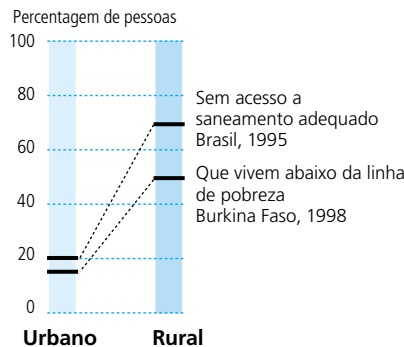


Nota: Os dados referem-se às classificações regionais do Banco Mundial.
Fonte: World Bank 2001h.

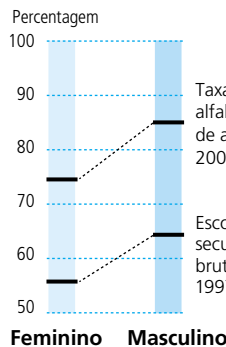
Disparidade urbano-rural nas realizações e nas privações



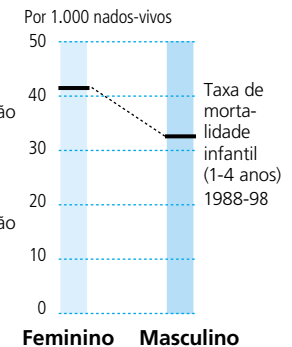
Fonte: IFAD 2001.



Por todo o mundo, as realizações das mulheres atrasam-se e as privações são maiores



Fonte: UNESCO 2000b.



Fonte: World Bank 2001h.

médio de 2% ao ano, aumentando os já elevados rendimentos para uma média superior a 22.000 dólares (PPC).

Mas, nos Países Árabes e na América Latina e Caraíbas, o crescimento foi mais lento, de menos de 1% em média. Muito mais devastador foi o desempenho da África Subsariana, onde os já baixos rendimentos caíram; em 1975-99, o crescimento do PIB per capita na região foi de - 1% em média. Madagáscar e Mali têm, actualmente, rendimentos per capita de 799 e 753 dólares (dólares PPC de 1999) – abaixo dos 1.258 e 898 dólares (dólares PPC de 1999) de há 20 anos atrás. Em 16 outros países subsarianos, os rendimentos per capita também foram mais baixos em 1999 do que em 1975. Na Europa Oriental e Comunidade de Estados Independentes (CEI), os rendimentos caíram acentuadamente. Desde 1990, os rendimentos per capita diminuíram em 16 países-em 4 dos quais, caíram mais de metade.

NOVOS DESAFIOS E RETROCESSOS

O trajecto do desenvolvimento humano nunca é constante. O mundo em mudança traz sempre novos desafios, e a última década assistiu a retrocessos e reversões preocupantes.

- No final de 2000, cerca de 36 milhões de pessoas viviam com HIV/SIDA-95% das quais nos países em desenvolvimento e 70% na África Subsariana. Só em 1999, foram mais de 5 milhões de novos infectados.¹⁰ Na África Subsariana, entre 1985-90 e 1995-2000, mais de 20 países experimentaram quebras na esperança de vida, devido, principalmente, ao HIV/SIDA. Em seis países – Botswana, Burúndi, Namíbia, Ruanda, Zâmbia e Zimbábwe – a esperança de vida reduziu-se de mais de sete anos.¹¹ A propagação do HIV/SIDA tem múltiplas consequências para o desenvolvimento. Rouba aos países pessoas na sua plenitude e deixa crianças ao desamparo. No final de 1999, 13 milhões de crianças eram órfãs da SIDA.¹²
- Na Europa Oriental e CEI, o impacte destruidor da transição arrancou um elevado tributo em vidas humanas, com efeitos adversos sobre o rendimento, escolarização e esperança de vida, especialmente nos homens.
- A segurança pessoal continua a ser ameaçada pela criminalidade e pelos conflitos. A globalização criou muitas oportunidades para a criminalidade transfronteiriça e para o aumento de sindicatos multinacionais do crime e de redes. Em 1995, o comércio ilegal de drogas estava estimado em 400 mil milhões de dólares,¹³ e cerca de 1,8 milhões de mulheres e crianças foram vítimas de tráfico ilegal.¹⁴ E, devido a conflitos, o mundo tem actualmente 12 milhões de refugiados e 5 milhões de pessoas deslocadas internamente.¹⁵

- A democracia é frágil e, frequentemente, sofre reversões. Governos eleitos foram derrubados em países como a Costa do Marfim e o Paquistão.

O QUE REVELAM OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO E DE POBREZA HUMANAS

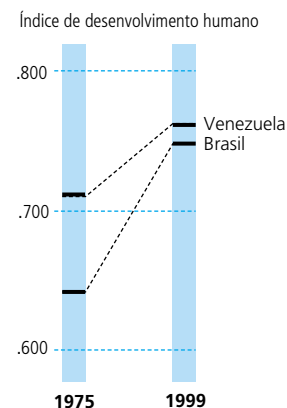
O Relatório deste ano apresenta estimativas do índice de desenvolvimento humano (IDH) para 162 países, assim como as tendências do IDH para 97 países com dados para 1975-99 (caixa 1.1; ver quadros de indicadores 1 e 2). Os resultados mostram uma mudança substancial da população mundial, de níveis baixos para níveis médios de desenvolvimento humano e de níveis médios para níveis elevados (ver destaque 1.1).

Como medida resumo do desenvolvimento humano, o IDH realça o sucesso de alguns países e o progresso mais lento de outros. Por exemplo, a Venezuela começou com um IDH mais alto do que o Brasil, em 1975, mas o Brasil fez um progresso muito mais rápido (figura 1.2). Coreia do Sul e Jamaica tinham posições idênticas no IDH, em 1975, mas actualmente a Coreia está na posição 27 e a Jamaica na 78.

As posições no IDH e no PIB per capita podem ser bastante diferentes, mostrando que os países não têm de esperar pela prosperidade económica para fazer progressos no desenvolvimento humano (ver o quadro de indicadores 1). Costa Rica e Coreia do Sul tiveram, ambas, ganhos impressionantes no desenvolvimento humano, reflectidos em IDH superiores a 0,800, mas a Costa Rica obteve este resultado humano com apenas metade do rendimento da Coreia. O Paquistão e o Vietname têm rendimentos semelhantes, mas o Vietname fez muito mais na transformação desse rendimento em desenvolvimento humano (figura 1.3). Portanto, com as políticas certas, os países podem progredir mais depressa no desenvolvimento humano do que no crescimento económico. E se conseguirem assegurar que o crescimento favorece os pobres, podem fazer muito mais com o crescimento para promover o desenvolvimento humano.

O IDH mede apenas a realização nacional média, não mede se ela é bem, ou mal, distribuída num país. A desagregação do IDH de um país por região e grupo populacional, pode realçar grandes disparidades e, em muitos países, os resultados animaram o debate nacional e ajudaram os decisores políticos a avaliar as diferenças no desenvolvimento humano, entre áreas rurais e urbanas, entre regiões e entre grupos étnicos e de rendimento. Na África do Sul, em 1996, o IDH

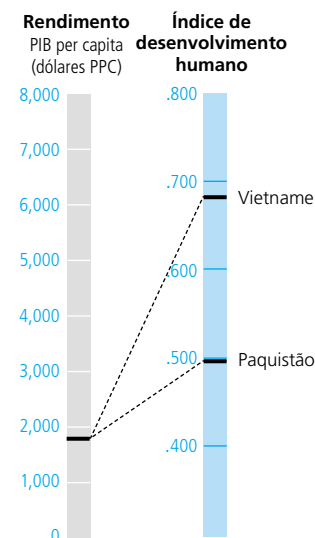
FIGURA 1.2
Caminhos diferentes do progresso humano



Fonte: Quadro de indicadores 2.

FIGURA 1.3
Nenhuma ligação automática entre rendimento e desenvolvimento humano

Rendimento igual, IDH diferente, 1999



Fonte: Quadro de indicadores 1.

Medidas do desenvolvimento humano

Os *Relatórios de Desenvolvimento Humano*, desde o primeiro, em 1990, têm publicado o índice de desenvolvimento humano (IDH) como uma medida compósita de desenvolvimento humano. Desde então, foram desenvolvidos três índices complementares: o índice de pobreza humana (IPH), o índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) e a medida de participação segundo o género (MPG). O conceito de desenvolvimento humano, contudo, é muito mais amplo do que o IDH e os índices complementares. É impossível apresentar uma medida compreensiva – ou mesmo um conjunto compreensivo de indicadores – porque muitas dimensões vitais do desenvolvimento humano, tais como a participação na vida da comunidade, não são facilmente quantificáveis. Embora as medidas compósitas simples possam chamar a atenção para as questões, com bastante eficácia, estes índices não substituem o tratamento completo de uma perspectiva plena de significado como é a do desenvolvimento humano.

Índice de desenvolvimento humano

O IDH mede os progressos globais de um país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – longevidade, conhecimento e nível de vida digno. É medido pela esperança de vida, nível educacional (alfabetização de adultos e escolarização combinada do primário, secundário e superior) e rendimento per capita ajustado, em paridades de poder de compra (PPC). O IDH é um resumo e não uma medida compreensiva de desenvolvimento humano.

Como resultado de refinamentos na metodologia do IDH, ao longo do tempo, e de modificações nas séries de dados, os valores do IDH não devem ser comparados entre as diferentes edições do *Re-*

latório do Desenvolvimento Humano (ver quadro de indicadores nº 2, para uma tendência do IDH desde 1975, baseada em metodologia e dados consistentes). A procura de novos aperfeiçoamentos metodológicos e nos dados para o IDH continua.

Índice de pobreza humana

Enquanto que o IDH mede o progresso global de um país na realização do desenvolvimento humano, o índice de pobreza humana (IPH) reflecte a distribuição do progresso e mede a acumulação de privações ainda existente. O IPH mede a privação nas mesmas dimensões do desenvolvimento humano básico que o IDH.

IPH -1

O IPH-1 mede a pobreza nos países em desenvolvimento. Aborda as privações em três dimensões: longevidade, medida pela probabilidade à nascença de não ultrapassar os 40 anos; conhecimento, medido pela taxa de analfabetismo de adultos; e aprovisionamento económico global, público e privado, medido pela percentagem de pessoas que não utilizam fontes de água melhoradas e pela percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente.

IPH -2

Dado que a privação humana varia com as condições sociais e económicas da comunidade, foi concebido um índice separado, o IPH-2, para medir a pobreza humana em países seleccionados da OCDE, baseado na maior disponibilidade de dados. O IPH-2 aborda a privação nas mesmas três dimensões que o IPH-1, e numa adicional, a exclusão social. Os indicadores são a probabili-

dade à nascença de não ultrapassar os 60 anos, a taxa de analfabetismo funcional dos adultos, a percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (com rendimento disponível das famílias inferior a 50% do valor médio) e a taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

O índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) mede os progressos nas mesmas dimensões, e utilizando os mesmo indicadores, que o IDH, mas capta as desigualdades na realização entre mulheres e homens. É, simplesmente, o IDH ajustado para baixo pela desigualdade entre os sexos. Quanto maior a disparidade entre os sexos quanto ao desenvolvimento humano básico, menor o IDG de um país, comparado com o seu IDH.

Medida de participação segundo o género (MPG)

A medida de participação segundo o género (MPG) mostra se a mulher pode tomar parte activa na vida económica e política. Ela aborda a participação, medindo a desigualdade entre os sexos nas áreas fundamentais da participação económica e política e da tomada de decisão. Rastreia a percentagem de mulheres no parlamento, entre os legisladores, funcionários superiores e gestores e entre trabalhadores especializados e técnicos – e a disparidade entre os sexos quanto ao rendimento auferido, reflectindo a independência económica. Diferindo do IDG, expõe a desigualdade de oportunidades em áreas seleccionadas.

IDH, IPH-1, IPH-2, IDG - Mesmas componentes, medidas diferentes

Índice	Longevidade	Conhecimento	Nível de vida digno	Participação ou exclusão
IDH	Esperança de vida à nascença	1. Taxa de alfabetização de adultos 2. Taxa de escolarização combinada	PIB per capita (dólares PPC)	—
IPH-1	Probabilidade à nascença de não ultrapassar os 40 anos	Taxa de analfabetismo de adultos	Privação no aprovisionamento económico medido por: 1. Percentagem de pessoas que não usa fontes de água melhoradas 2. Percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente	—
IPH-2	Probabilidade à nascença de não ultrapassar os 60 anos	Percentagem de adultos que são funcionalmente analfabetos	Percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% do rendimento disponível médio das famílias)	Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)
IDG	Esperança de vida à nascença feminina e masculina	1. Taxas de alfabetização feminina e masculina 2. Taxas de escolarização combinadas do primário, secundário e superior feminina e masculina	Rendimentos auferidos estimados feminino e masculino, reflectindo o poder das mulheres e homens sobre os recursos	—

Fonte: Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano.

para a Província do Norte era de apenas 0,531, comparativamente aos 0,712 de Gauteng.¹⁶ No Camboja, em 1999, o IDH dos 20% mais pobres era de 0,445, bem abaixo da média nacional de 0,517 e, mais importante, quase um terço menos do que o IDH de 0,623 dos 20% mais ricos.¹⁷ Na Guatemala, em 1998, o IDH rural, de 0,536, estava bem abaixo do IDH urbano, de 0,672.¹⁸ Nos Estados Unidos, em 1999, o IDH dos americanos brancos era de 0,870, à frente dos 0,805 dos afro-americanos e bem mais à frente dos 0,756 das pessoas de origem hispânica.¹⁹ No Nepal, em 1996, o IDH dos intocáveis era de 0,239, quase metade dos 0,439 dos Brâmanes.²⁰

Outra forma de olhar para a distribuição das realizações nacionais do desenvolvimento humano, é a de estimar o índice de pobreza humana (IPH), uma medida multidimensional de pobreza introduzida em 1997. Tanzânia e Uganda, por exemplo, têm posições muito semelhantes no IDH (140 e 141), mas o Uganda tem maior pobreza humana (figura 1.4; ver quadro de indicadores 3). Da mesma forma, os 17 países da OCDE para os quais o IDH foi estimado, têm IDH muito idênticos, contudo os seus IPH variam desde 6,8% na Suécia, até 15,8% nos Estados Unidos (ver quadro de indicadores 4).

A desagregação regional do IPH de um país pode identificar concentrações de empobrecimento. No Irão, em 1996, o IPH desagregado mostrou que a pobreza humana em Teerão era apenas um quarto da de Sistan e de Baluchestan.²¹ O IPH urbano das Honduras, em 1999, foi menos de metade do índice das áreas rurais.²² Na Namíbia, em 1998, o IPH das pessoas de língua inglesa foi menos de um nono do que o das pessoas de língua San.²³ Existem diferenças semelhantes no mundo desenvolvido. Nos Estados Unidos, em 1999, o IPH do Wisconsin foi menos de metade do índice do Arkansas.²⁴

DESIGUALDADES ENTRE SEXOS NAS CAPACIDADES E OPORTUNIDADES

Porque avalia apenas a realização média, o IDH mascara as diferenças entre os sexos no desenvolvimento humano. Para revelar estas diferenças, o índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG), introduzido em 1995, ajusta o IDH às desigualdades nas realizações de homens e mulheres. Este ano, o IDG foi estimado para 146 países (ver quadro de indicadores 21).

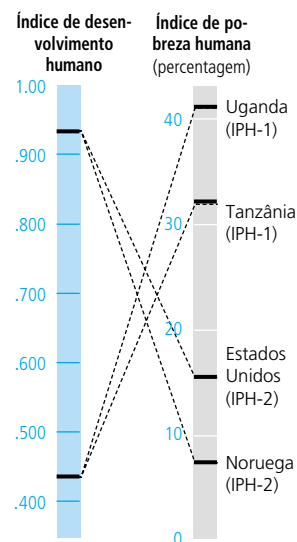
Com igualdade entre os sexos no desenvolvimento humano, o IDG e o IDH seriam iguais. Mas, para todos os países, o IDG é mais baixo do que o IDH, indicando a presença de desigualdade entre os sexos em todo o lado. Contudo, a extensão da desigualdade varia significativamente. Por exemplo, enquanto em muitos países as taxas de escolarização feminina e masculina são idênticas, em 43 países – incluindo a Índia, Moçambique e Iémen – as taxas masculinas são, no mínimo, 15 pontos percentuais mais altas do que as taxas femininas. E, embora tenha havido um bom avanço na eliminação das disparidades entre os sexos na escolarização primária e secundária, com o rácio entre raparigas e rapazes a atingir 89% no ensino primário e 82% no ensino secundário, nos países em desenvolvimento, em 1997,²⁵ a escolarização secundária líquida das raparigas diminuiu em 27 países, entre meados dos anos 80 e 1997 (quadro 1.3).

A medida de participação segundo o género (MPG), introduzida também em 1995, ajuda a avaliar a desigualdade entre os sexos nas oportunidades económicas e políticas. Este ano, ela foi estimada para 64 países (ver quadro de indicadores 22). Algumas observações:

- Os valores da MPG variam de menos de 0,300 até mais de 0,800, mostrando a grande variação em todo o mundo na capacitação das mulheres.

FIGURA 1.4
Nenhuma ligação automática entre desenvolvimento humano e pobreza humana

IDH igual, IPH diferente, 1999



Fonte: Quadro de indicadores 1, 3 e 4.

QUADRO 1.3

Países onde as taxas de escolarização secundária líquida das raparigas diminuiu, 1985-97

Países Árabes	Ásia e Pacífico	Europa do Leste e CEI	América Latina e Caraíbas	África Subsariana
Barém Catar Iraque Kuwait Síria	Mongólia	Bulgária Croácia Estónia Federação Russa Geórgia Letónia Quirguistão Roménia	Bolívia Equador Haiti Honduras	Angola Camarões Congo Costa do Marfim Guiné Guiné Equatorial Lesoto Moçambique Rep. Centro-Africana

Nota: Refere-se ao declínio de 5% ou mais.

Fonte: UNIFEM 2000

O crescimento do rendimento tem variado consideravelmente entre países, nas últimas décadas, mais até do que as tendências em muitos indicadores de desenvolvimento humano

- Apenas 3 dos 64 países – Islândia, Noruega e Suécia – têm uma MPG de mais de 0,800. Cerca de 25 países têm uma MPG de menos de 0,500. Portanto, muitos países têm de avançar muito mais no alargamento de oportunidades económicas e políticas às mulheres.
 - Alguns países em desenvolvimento ultrapassam o desempenho de países industrializados muito mais ricos. Baamas e Trindade e Tobago estão à frente da Itália e Japão. Barbados têm uma MPG 30% superior ao da Grécia. A mensagem: rendimentos elevados não são um pré-requisito para criar oportunidades para as mulheres.
 - As desagregações da MPG nos relatórios nacionais de desenvolvimento humano mostram que as diferenças dentro de um país também podem ser grandes. Por exemplo, a MPG para o distrito de Puttalam no Sri Lanka, em 1994, era menos de 8% da de Nuwara Eliya.²⁶
- Há muita coisa a melhorar nas oportunidades económicas e políticas das mulheres. A parcela das mulheres em emprego remunerado, na indústria e serviços, aumentou na maior parte dos países. No entanto, em 1997, as mulheres que trabalhavam nestes sectores ganhavam, geralmente, 78% da remuneração homens. Apenas em oito países as mulheres detêm 30%, ou mais, dos lugares parlamentares. E apenas em quatro – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia – houve progressos simultâneos nas taxas de escolarização secundária feminina (até 95% ou mais), na parcela das mulheres em emprego remunerado na indústria e serviços (até cerca de 50%) e na sua parcela de lugares parlamentares (até pelo menos 30%).²⁷

RENDIMENTOS DESIGUAIS

O rendimento é um meio muito importante de alargar as escolhas das pessoas e é usado no IDH como uma aproximação ao nível de vida digno. O crescimento do rendimento tem variado consideravelmente entre países, nas últimas décadas, mais até do que as tendências em muitos indicadores de desenvolvimento humano. A distribuição do rendimento mundial e a forma como está a mudar, são, assim, uma questão vital que merece consideração especial.

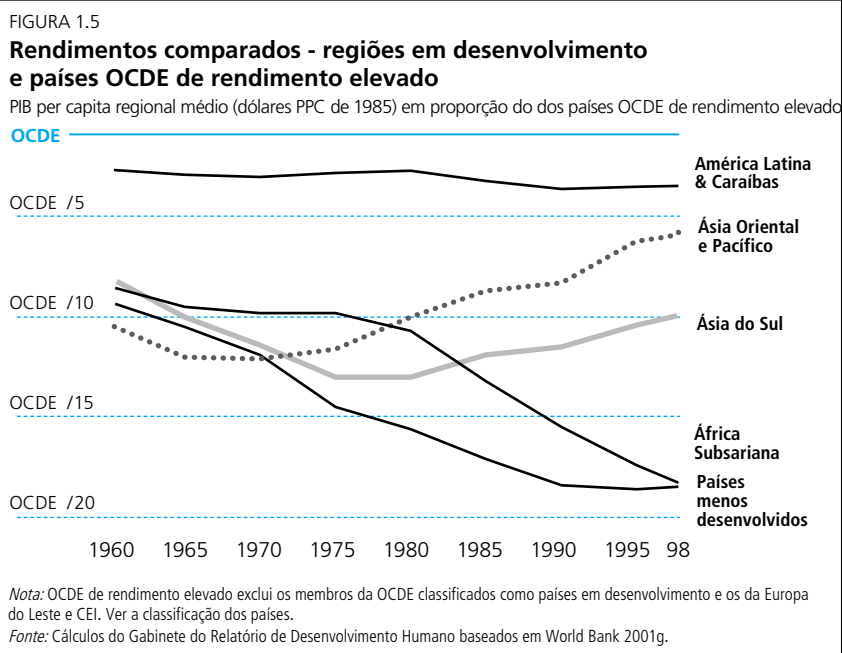
Os níveis de rendimento entre os países têm divergido e convergido – com algumas regiões a fecharem o intervalo de rendimento e outros a alargarem-no (figura 1.5). Em 1960, houve um agrupamento por regiões, com a Ásia Oriental e Pacífico, a Ásia do Sul, a África Subsariana e os países menos desenvolvidos, a revelarem um rendimento médio per capita entre 1/9 e 1/10 do observado nos países de rendimento elevado da OCDE. A América Latina e Caraíbas andaram melhor, mas ficaram ainda apenas entre 1/3 e 1/2 do rendimento per capita desses países da OCDE.

O crescimento impressionante da Ásia Oriental e Pacífico está reflectido na melhoria do rácio entre o seu rendimento e o dos países de rendimento elevado da OCDE, de cerca de 1/10 para quase 1/5, em 1960-98. O rendimento relativo na América Latina e Caraíbas permaneceu mais ou menos igual. O rendimento da Ásia do Sul – depois de ter piorado nos anos 60 e 70, melhorando depois significativamente, nos anos 80 e 90 – mantém-se em cerca de 1/10 do rendimento dos países da OCDE. Na África Subsariana, a situação piorou dramaticamente: o rendimento per capita, de quase 1/9 do observado nos países de rendimento elevado da OCDE, em 1960, caiu para cerca de 1/18, em 1998.

Apesar de redução nas diferenças relativas entre muitos países, os intervalos absolutos no rendimento per capita aumentaram (figura 1.6). Mesmo para a Ásia Oriental e Pacífico, a região de crescimento mais rápido, a diferença absoluta do rendimento para o existente nos países de rendimento elevado da OCDE, alargou-se de cerca de 6.000 dólares, em 1960, para mais de 13.000 dólares, em 1998 (dólares PPC de 1985).

*DESIGUALDADE DENTRO DE CADA PAÍS –
O QUE SE ESCONDE POR DETRÁS
DOS RENDIMENTOS MÉDIOS?*

Igualmente importante é a desigualdade de rendimentos dentro dos países, a qual pode afectar a prosperidade a longo prazo (caixa 1.2). Embora existam dados razoáveis



sobre a desigualdade dentro de cada país, para posições no tempo, os dados não assentam em levantamentos uniformes através dos países e, portanto, as comparações têm de ser tratadas com cuidado (ver quadro de indicadores 12).²⁸ Mas, ainda que muito grosseiras, essas comparações revelam bastante sobre a desigualdade dentro de cada país. A variação é ampla, com os coeficientes de Gini variando de menos de 20 na Eslováquia, até 60 na Nicarágua e Suazilândia (figura 1.7).

A situação tem vindo a melhorar, ou a deteriorar-se? Não é claro. Um estudo de 77 países, com 82% da população mundial, mostra que, entre os anos 50 e 90, a desigualdade cresceu em 45 países e caiu em 16.²⁹ Muitos dos países com desigualdade crescente são os da Europa Oriental e CEI, que sofreram de crescimento baixo, ou negativo, nos anos 90. Nos restantes 16 países, ou não houve

uma tendência clara, ou o rendimento diminuiu inicialmente, para depois se uniformizar.

Os países da América Latina e Caraíbas têm das mais elevadas desigualdades de rendimento do mundo. Em 13 dos 20 países que possuem dados para os anos 90, os 10% mais pobres mais pobres possuem menos de $\frac{1}{20}$ do rendimento dos 10% mais ricos. Esta grande desigualdade de rendimento coloca milhões na pobreza extrema e limita fortemente o efeito que um crescimento distribuído igualmente tem sobre a pobreza. Assim, a América Latina e Caraíbas apenas podem atingir a meta de desenvolvimento da Declaração do Milénio de reduzir a pobreza para metade até 2015, se a região gerar maior crescimento e se esse crescimento beneficiar mais do que proporcionalmente as populações pobres.³⁰

CAIXA1.2

Porque razão a desigualdade é importante

Se a desigualdade tem importância, e porquê, é uma velha questão – recuando para o tempo de Karl Marx e mesmo antes. Para os economistas do desenvolvimento, preocupados principalmente com os países pobres do mundo, as questões centrais têm sido o crescimento e a redução da pobreza, não a desigualdade. E para os economistas da corrente principal, durante a maior parte do período do pós-guerra do século XX, a desigualdade foi, na pior das hipóteses, um mal necessário – que ajudou a melhorar o crescimento com a concentração do rendimento nos ricos, que poupam e investem mais, e que criou incentivos para os indivíduos trabalharem com empenho, inovarem e assumirem riscos produtivos.

Mas a desigualdade de rendimento é importante. Ela é importante, em si mesma, se as pessoas – e os países – se preocuparem com o estatuto do seu rendimento relativo. Ela pode importar, igualmente, por razões instrumentais – ou seja, porque afecta outros resultados.

- A desigualdade pode exacerbar os efeitos do mercado e dos fracassos políticos sobre o crescimento e, conseqüentemente, sobre o progresso contra a pobreza. Isto torna a desigualdade um problema especial dos países pobres, onde os mercados imperfeitos e os fracassos institucionais são comuns. Por exemplo, onde os mercados de capitais são fracos, os pobres, a quem faltam bens colaterais, estão impossibilitados de pedir empréstimos. O seu potencial para iniciar pequenos negócios é limitado – reduzindo o crescimento global e limitando as oportunidades dos pobres. Embora o crescimento não seja sempre suficiente para fazer avançar o desenvolvimento humano e reduzir a privação de rendimento, a experiência da China, da Coreia do Sul e de outros países da Ásia Oriental, sugere que o seu contributo é grande. Finalmente, existe a realidade aritmética. Mesmo que haja crescimento e os pobres consigam ganhos proporcionais, a mesma taxa de crescimento gera menos redução da pobreza quando a desigualdade é elevada inicialmente.

Fonte: Birdsall (a publicar).

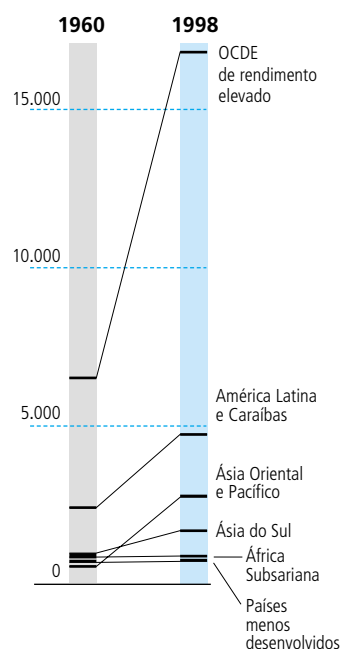
- A concentração do rendimento no topo pode minar as opções de políticas públicas – tais como o apoio a uma educação pública universal de alta qualidade – que podem fazer progredir o desenvolvimento humano. As políticas populistas que geram inflação prejudicam os pobres, a longo prazo. Os preços artificialmente baixos da água e saneamento significam que os serviços públicos arruinados nunca se estendem às comunidades pobres. Se os ricos apoiarem os subsídios à indústria ou empréstimos baratos aos grandes proprietários de terras, isso poderá, também, reduzir directamente o crescimento. Desenvolver e executar boas políticas sociais é particularmente difícil onde as desigualdades assumem a forma de concentração no topo, combinada com pobreza substancial na base e, portanto, com falta de uma classe média que exija um governo responsável.

- A desigualdade pode corroer o capital social, incluindo o sentimento de confiança e de responsabilidade dos cidadãos, que é fundamental para a formação e sustentabilidade de organizações públicas sãs. Ela pode minar a participação em esferas tão comuns da vida da comunidade como, os parques, ligas desportivas locais e associações de pais – professores de escolas públicas. A criminalidade de rua mina a vida comunitária e as diferenças na desigualdade de rendimento entre países estão estreitamente associadas com as diferenças nas taxas de criminalidade e violência.

- A desigualdade pode, ao longo do tempo, aumentar a tolerância de uma sociedade para com a desigualdade. Se as pressões mundiais conduzirem a aumentos nas diferenças de salários (por exemplo, quando sobem os salários das pessoas mais qualificadas e com maior mobilidade internacional), a norma social sobre qual é o hiato salarial aceitável pode, eventualmente, mudar. Se a desigualdade tem importância, por qualquer uma das razões acima mencionadas, também tem importância a possibilidade de ela poder piora.

FIGURA 1.6
Alargamento do hiato do rendimento entre regiões

PIB per capita (dól. PPC de 1985)



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseados em World Bank 2001g.

No início dos anos 90, os 10% mais pobres da população mundial tinham apenas 1,6% do rendimento dos 10% mais ricos

Todos os cinco países sul-asiáticos, para os quais há dados, têm coeficientes de Gini bastante baixos, na ordem de 30. Embora os Países Árabes apresentem maior variação, também têm desigualdade de rendimento bastante baixa. Os países da Ásia Oriental e Pacífico não apresentam um padrão claro – variando da Coreia e Vietname, quase iguais, para a Malásia e Filipinas, bastante menos iguais.

A China e Índia – dois países com rendimentos per capita baixos, mas de crescimento rápido, e com grandes populações – merecem consideração especial. Na China, a desigualdade seguiu um padrão em forma de U, caindo até meados dos anos 80 e crescendo desde então. A história é melhor na Índia, com a desigualdade em queda até há pouco e estacionária, depois.³¹

Muitos países na África Subsariana têm níveis elevados de desigualdade de rendimento. Em 16 dos 22 países subsarianos com dados para os anos 90, os 10% mais pobres da população tem menos de $\frac{1}{10}$ do rendimento dos 10% mais ricos, e em 9 países, menos de $\frac{1}{20}$. Apesar da necessidade premente de entender o que está a acontecer com a desigualdade de rendimento ao longo do tempo, nesta região pobre, os dados da tendência na distribuição do rendimento continuam demasiado limitados para permitirem conclusões.

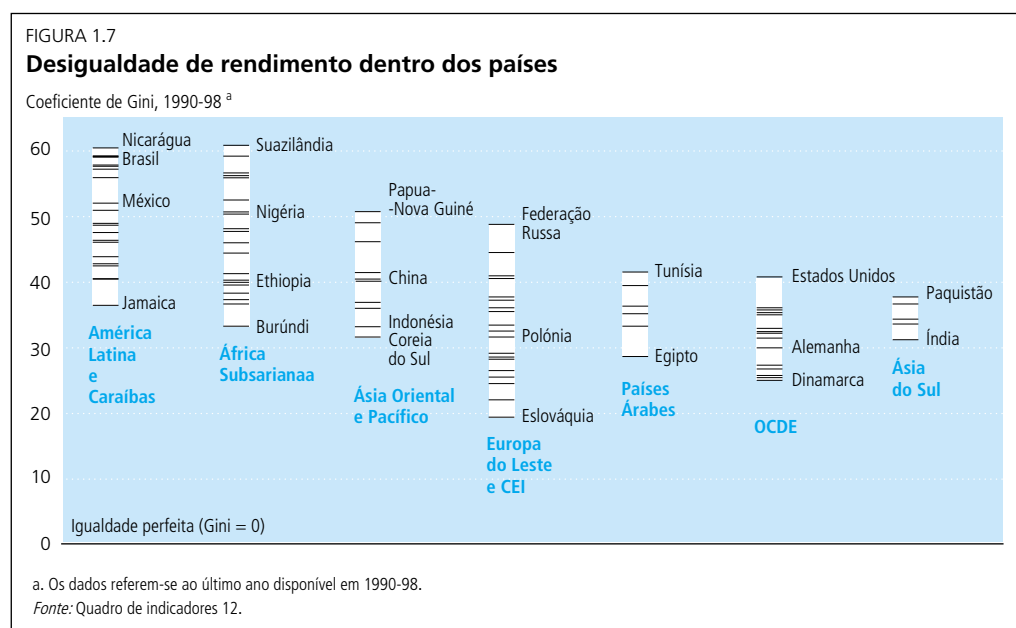
A maior parte dos países na Europa Oriental e CEI tem desigualdade relativamente baixa – embora existam exceções notórias, como as da Arménia e Federação Russa.³² Antes da transição para economias de mercado, os países da Europa Oriental e CEI estavam agrupados muito proximamente, com os coeficientes de

Gini entre o baixo e o meio, na casa dos 20. As alterações na desigualdade durante a transição foram pequenas em países da Europa Oriental, como a Hungria e Eslovénia, mas bastante mais notórias nos países da antiga União Soviética. A Rússia viu o seu coeficiente de Gini dar um salto espectacular de cerca de 24 pontos e a Lituânia de cerca de 14.³³

Entre os países da OCDE também existe diversidade na desigualdade de rendimento, desde os baixos níveis da Áustria e Dinamarca, até aos relativamente elevados do Reino Unido e Estados Unidos. Contudo, em termos gerais, a desigualdade de rendimento entre estes países é relativamente baixa.³⁴ O que se passa com as tendências ao longo do tempo? Os resultados de vários estudos de países, e entre países, sugerem que a desigualdade de rendimento aumentou em muitos países da OCDE, entre meados e finais de 80 e meados e finais de 90 (quadro 1.4). Embora os dados dos períodos anteriores sejam mais limitados, estes países parecem ter experimentado uma alteração em forma de U na desigualdade, com as diminuições dos anos 70 a transformarem-se em aumentos, nos anos 80 e 90. O nível constante do Canadá e a ligeira melhoria da Dinamarca são excepções à tendência aparente.

DESIGUALDADE MUNDIAL

Uma outra medida de desigualdade observa tanto as comparações entre países, como dentro de cada país – alinhando toda a população mundial, desde os mais ricos até aos mais pobres (quanto ao poder de compra real),



independentemente das fronteiras nacionais (caixa 1.3). Um estudo recente de Milanovic compara a população mais rica do mundo com a mais pobre, traçando um quadro muito mais completo da desigualdade mundial do que a simples comparação de médias de países. Com base em inquéritos às famílias, para o período 1988-93, o estudo cobre 91 países (com cerca de 84% da população mundial) e ajusta os níveis de rendimento utilizando as conversões das paridades de poder de compra.³⁵ A desvantagem é que o estudo se apoia totalmente em inquéritos sobre orçamentos familiares que não são necessariamente comparáveis e que são limitados no seu âmbito. No entanto, o estudo produziu alguns resultados poderosos.³⁶

- A desigualdade mundial é muito elevada. Em 1993, os 10% mais pobres da população mundial tinham apenas 1,6% do rendimento dos 10% mais ricos.
- O 1% mais rico da população mundial recebeu tanto rendimento como os 57% mais pobres.
- Os 10% mais ricos da população dos Estados Unidos (cerca de 25 milhões de pessoas) tinham um rendimento conjunto maior do que o rendimento dos 43% mais pobres da população mundial (cerca de 2 mil milhões de pessoas).
- Cerca de 25% da população mundial recebia 75% do rendimento mundial (em dólares PPC).³⁷

DESIGUALDADE E MOBILIDADE

Duas sociedades com a mesma desigualdade de rendimento podem diferir muito quanto à mobilidade e oportunidade de cada indivíduo – e quanto à mobilidade e oportunidade que as crianças têm relativamente aos seus pais. A incidência na mobilidade ajuda a identificar os factores que bloqueiam as oportunidades dos pobres e contribuem para a transmissão intergeracional de pobreza. Esta abordagem é bastante adequada para avaliar os efeitos das mudanças de política sobre a pobreza e a desigualdade.

O problema é que a mobilidade é difícil de medir com precisão. No entanto, os poucos estudos que a examinam são sugestivos.³⁸

- Na África do Sul, 63% das famílias pobres, em 1993, continuavam a sê-lo em 1998, enquanto 60% das famílias na categoria de rendimento mais elevada, em 1993, se mantinham nela, em 1998, demonstrando mobilidade de rendimento limitada.
- Na Rússia, a mobilidade descendente foi extrema nos últimos anos da década de 90. Entre as famílias no quintil de rendimento mais elevado, em 1995, perto de 60% deslizou para quintis mais baixos, até 1998 – e 7% caiu para o último quintil.

- No Peru, tem havido um grande movimento de descida e subida na escada do rendimento. As oportunidades estão a aumentar com as reformas do mercado, mas as inseguranças também estão. Entre 1985 e 1991, 61% das famílias tiveram aumentos de rendimento de 30% ou mais, e 14% tiveram quebras de 30% ou mais. Globalmente, a mobilidade descendente dominou entre 1985-91, e a mobilidade ascendente dominou em 1991-97.

Em todos os países, o ambiente familiar influencia significativamente a duração da escolaridade das crianças. As crianças com pais mais ricos e mais instruídos têm, sempre, mais probabilidade de melhor desempenho. Mas há grande variação entre países e períodos, dependendo das condições macroeconómicas e das políticas públicas de educação. Uma ênfase posta na escolaridade básica, na despesa pública, melhora a mobilidade intergeracional na América Latina.³⁹ Nesta região, uma pessoa precisa de pelo menos 10 anos de escolaridade para ter 90% ou mais de probabilidade de não cair na pobreza,

O 1% mais rico da população mundial recebeu tanto rendimento como os 57% mais pobres

QUADRO 1.4
Tendências da distribuição do rendimento nos países da OCDE

País	Início a meados de 70 para início a meados de 80	Meados ao final de 80 para meados ao final de 90
Austrália	0	+
Áustria	0	++
Bélgica	0	+
Canadá	-	0
Dinamarca	..	-
Finlândia	-	+
França	-	..
Alemanha	-	+
Irlanda	-	+
Itália	--	++
Japão	0	++
Holanda	0	++
Nova Zelândia	0	+++
Noruega	0	++
Suécia	-	+
Suíça	..	+
Reino Unido	++	++
Estados Unidos	++	++

Nota: Os resultados são baseados na variação percentual dos coeficientes de Gini e reflectem as tendências gerais relatadas em estudos nacionais e comparativos. Contudo, as tendências são sempre sensíveis aos pontos iniciais e finais, bem como a outros factores. Os símbolos seguintes indicam a mudança na desigualdade do rendimento:

- +++ Crescimento de mais de 15%
- ++ Crescimento de 7-15%.
- + Crescimento de 1-7%.
- 0 Variação entre -1% e 1%.
- Diminuição de 1-7%.
- Diminuição de 7-15%.
- Diminuição de mais de 15%.
- .. Não existem estimativas consistentes disponíveis.

Fonte: Smeeding 2001a (a aparecer).

Os relatórios nacionais de desenvolvimento humano introduziram o conceito de desenvolvimento humano nos diálogos de política nacional

ou de sair dela. E possuir apenas menos dois anos de escolaridade representa menos 20% de rendimento para o resto da vida activa de uma pessoa.⁴⁰

Com a globalização e o crescimento conduzido pela tecnologia, como irão mudar os determinantes da mobilidade?

O DESENVOLVIMENTO HUMANO – NO CENTRO DA AGENDA ACTUAL

Mais de 360 relatórios nacionais e sub-nacionais de desenvolvimento humano foram produzidos por 120 países, a acrescentar a 9 relatórios regionais. Os relatórios introduziram o conceito de desenvolvimento humano nos diálogos de política nacional – não somente através de indicadores de desenvolvimento humano e de recomendações de política, mas também através de processos de consulta conduzidos pelos países, recolha de dados e elaboração de relatórios.

O relatório de desenvolvimento humano de 2000, do Botswana, foca o modo como o HIV/SIDA está a reduzir o crescimento económico e a aumentar a pobreza,

e dá orientações de política para a acção política aos mais altos níveis.⁴¹ O relatório estimulou a discussão pública sobre a acessibilidade aos medicamentos antiretrovirais e se o Governo deve ser responsável pela sua provisão. O Ministro da Saúde do Botswana pediu, então, ao Banco do Botswana para explorar a viabilidade financeira de tal abordagem. Foram convocadas reuniões no PNUD com os principais accionistas, incluindo a Agência Nacional de Coordenação da SIDA, os Ministérios da Saúde, Finanças e Desenvolvimento e as principais companhias de seguros. Aquelas consultas conduziram a uma decisão do Presidente do Botswana, em Março de 2001, de prover medicamentos antiretrovirais grátis aos 17% da população do país com HIV.

O relatório de 2000, das Filipinas, analisa as questões da educação e os desafios que a sociedade filipina enfrenta nos próximos anos.⁴² Apela ao país para tirar partido da era das redes e das transformações tecnológicas actuais. O relatório estimulou importantes debates sobre a reforma da educação, no Senado e no seio do Governo do país. O relatório nacional de 1997 ajudou a catalisar uma directiva presidencial requerendo

CAIXA1.3

Comparações internacionais de padrões de vida – a necessidade das paridades de poder de compra

Para comparar os rendimentos das pessoas em países diferentes, os rendimentos têm, primeiro, de ser convertidos numa moeda comum. Até 1999, o *Relatório do Desenvolvimento Humano* utilizou medidas de rendimento baseadas nas conversões de taxas de câmbio, para avaliar a desigualdade mundial do rendimento (como na comparação do rendimento dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres do mundo). Mas as conversões das taxas de câmbio não tomam em consideração as diferenças de preços entre os países, o que é fundamental quando se comparam padrões de vida. Para ter em conta estas diferenças de preços, são usadas as taxas de conversão de paridades de poder de compra (PPC) para converter os rendimentos numa moeda comum, da qual foram eliminadas as diferenças entre os níveis de preços nacionais.

As duas abordagens para medir a desigualdade produzem resultados muito diferentes. A utilização de taxas

de câmbio não só produz medidas de desigualdade muito mais elevadas, como também afecta as tendências da desigualdade.

Com a medida da taxa de câmbio, o rácio do rendimento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres cresceu de 34 para 1, em 1970, para 70 para 1, em 1997. Com a medida da PPC, o rácio desceu de 15 para 1 até 13 para 1. Embora ambas as medidas mostrem desigualdade crescente entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, a medida da taxa de câmbio mostra um aumento muito maior do que o crescimento dos padrões de vida reais.

Embora a PPC seja a melhor forma de converter o rendimento quando se comparam padrões de vida, elas não estão livres de problemas teóricos e práticos. Estes problemas apontam para a necessidade de maior apoio – financeiro e organizacional – à recolha de dados da PPC.

Desigualdade de rendimento entre os mais ricos e os mais pobres do mundo, com base nas médias dos países, 1970 e 1997

Medida	10% mais ricos para os 10% mais pobres		20% mais ricos para os 20% mais pobres	
	1970	1997	1970	1997
Taxa de câmbio	51,5	127,7	33,7	70,4
Paridade de poder de compra	19,4	26,9	14,9	13,1

Fonte: UN 2000b; Melchior, Telle e Wiig 2000; Cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseados em World Bank 2001h e 2001g.

que os governos locais destinassem pelo menos 20% do rendimento interno às prioridades do desenvolvimento humano.⁴³

Muitos dos 25 estados da Índia rivalizam com países de dimensão média, em dimensão, população e diversidade. O governo de Madhya Pradesh foi o primeiro a preparar um relatório estadual sobre o desenvolvimento humano, em 1995, para trazer o tema para o discurso político e para o planeamento do investimento.⁴⁴ Até 1998, os serviços sociais representavam mais de 42% do investimento planeado, em comparação com os 19% do orçamento do plano anterior.⁴⁵ Relatórios do desenvolvimento humano foram também preparados em Gujarat, Karnataka e Rajasthan e estão em curso em Arunachal Pradesh, Assam, Himachal Pradesh e Tamil Nadu.⁴⁶ A preparação dos relatórios pelos estados transformou as prioridades de desenvolvimento humano em parte importante do discurso político e das estratégias de desenvolvimento.

O primeiro relatório de desenvolvimento humano do Kuwait, em 1997, aumentou a consciência sobre o conceito de desenvolvimento humano e sobre a sua relevância na luta do país para mudar da dependência do petróleo para uma economia baseada no conhecimento.⁴⁷ A produção e a promoção do relatório contribuíram para o avanço de novas ideias nas universidades, instituições de investigação e Governo. O Ministério do Plano começou a monitorizar o desenvolvimento humano e a incorporar a abordagem do desenvolvimento humano nos seus indicadores de planeamento estratégico. Dado o sucesso do primeiro relatório, o Ministério está a dar seguimento a um segundo.

O relatório de 2000, da Colômbia, olha para os direitos humanos como uma parte intrínseca do desenvolvimento e mostra como eles trazem princípios de responsabilidade e justiça social para o processo de desenvolvimento.⁴⁸ Mostrando as fraquezas na interpretação e execução de alguns direitos constitucionais, o relatório conduziu os debates e diálogos sobre os direitos humanos para um novo nível, focando fortemente os direitos económicos, sociais e culturais. Sublinha os serviços sociais básicos, discute a exclusão social e revisita os direitos do trabalho na globalização, trazendo uma nova visão para o desenvolvimento da Colômbia.

O relatório de 2000, da Bulgária, analisando a situação socioeconómica em cada um dos 262 municípios do país, iniciou uma concorrência saudável entre municípios vizinhos para melhorar o desenvolvimento humano.⁴⁹ O relatório foi utilizado na determinação de posições alvo para um amplo programa governamental de criação de

emprego em pequenas actividades. Animou, também, debates construtivos nos meios de comunicação e entre presidentes de Câmaras, governadores e ministros, sobre assuntos como a descentralização, orçamentos municipais, realização educacional e subsídios.

Depois do lançamento, em 2000, do *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil* – uma base de dados electrónica com indicadores de desenvolvimento humano para todos os 5.000 municípios brasileiros – a lei orçamental da administração central, para 2000,⁵⁰ foi revista de forma a tornar o IDH obrigatório na abordagem dos programas sociais. Encorajado por esse movimento, o Estado de São Paulo produziu um novo índice que reflecte quer o desenvolvimento humano, quer a responsabilidade social. Tendo decidido institucionalizar o índice, o órgão legislativo do Estado tenciona aprovar um decreto tornando a produção do índice obrigatória para as administrações das cidades.

OS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DA DECLARAÇÃO DO MILÉNIO

À medida que o mundo entrava no novo milénio, chefes de estado e de governo reuniram-se na Assembleia Geral das Nações Unidas para definir a sua visão para o mundo. Os líderes da cimeira adoptaram a Declaração do Milénio das Nações Unidas reconhecendo a sua "responsabilidade colectiva de defender os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade, ao nível mundial". Entre os muitos objectivos estabelecidos pela declaração estão objectivos específicos, quantificados e monitorizáveis, para o desenvolvimento e erradicação da pobreza até 2015:

- Reduzir a metade a proporção da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia.
- Reduzir a metade a proporção da população mundial que sofre de fome.
- Reduzir a metade a proporção da população mundial que não tem acesso a água potável.
- Alcançar a escolaridade primária completa a nível mundial.
- Alcançar a igualdade entre os sexos no acesso à educação.
- Reduzir em três quartos as taxas de mortalidade materna.
- Reduzir em dois terços as taxas de mortalidade de menores de cinco anos.
- Parar e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA, malária e outras doenças importantes.

Estas metas baseiam-se nos objectivos de desenvolvimento internacional, que incluem mais três metas até

A Declaração do Milénio reconhece a sua "responsabilidade colectiva de defender os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade, ao nível mundial"

Um balanço geral do desenvolvimento humano – objectivos, realizações e percurso incompleto

Objectivos	Realizações	Percurso incompleto
Reduzir para metade a proporção das pessoas que vivem em pobreza extrema.	Entre 1990 e 1998, a parcela das pessoas que vivem com menos de 1 dólar (PPC dólares 1993) por dia, nos países em desenvolvimento, foi reduzida de 29% para 24%.	Mesmo que a proporção seja reduzida para metade em 2015, existirão ainda 900 milhões de pessoas vivendo em pobreza extrema, no mundo em desenvolvimento.
Reduzir para metade a proporção das pessoas famintas.	O número de pessoas subalimentadas, no mundo em desenvolvimento, caiu até 40 milhões, entre 1990-92 e 1996-98.	O mundo em desenvolvimento tem ainda 826 milhões de pessoas subalimentadas.
Reduzir para metade a proporção das pessoas que não têm acesso a água potável.	Cerca de 80% das pessoas do mundo em desenvolvimento têm, agora, acesso a fontes de água melhoradas.	Perto de mil milhões de pessoas não têm, ainda, acesso a fontes de água melhoradas.
Inscrever todas as crianças no ensino primário. Obter a realização universal da escolaridade primária.	Até 1997, mais de 70 países tinham taxas de escolarização primária líquidas superiores a 80%. Em 29 dos 46 países com dados, 80% das crianças inscritas atingem o 5º ano.	Nos próximos 15 anos deverão ser tomadas medidas para os 113 milhões de crianças que estão agora fora do ensino primário e para os milhões que vão entrar na idade escolar.
Capacitar as mulheres e eliminar as desigualdades entre os sexos na educação primária e secundária.	Até 1997, a taxa de escolarização feminina nos países em desenvolvimento tinha atingido 89% da taxa masculina ao nível do primário e 82% no secundário.	Em 20 países, as taxas de escolarização secundária das raparigas continuam a ser menores do que dois terços das taxas dos rapazes.
Reduzir as taxas mortalidade materna até três quartos.	Apenas 32 países conseguiram uma taxa de mortalidade materna registada inferior a 20 por 100.000 nados-vivos.	Em 21 países, a taxa de mortalidade materna registada excede 500 por 100.000 nados-vivos.
Reduzir as taxas de mortalidade infantil até dois terços ^a Reduzir as taxas de mortalidade de menores de cinco anos até dois terços.	Em 1990-99 a mortalidade infantil foi reduzida em mais de 10%, de 64 por 1.000 nados-vivos para 56. A mortalidade de menores de cinco anos foi reduzida de 93 por 1.000 nados-vivos para 80, em 1990-99.	A África Subsariana tem uma taxa de mortalidade infantil superior a 100 e uma taxa de mortalidade de menores de cinco anos superior a 170 – e tem vindo a fazer um progresso mais lento do que outras regiões.
Parar e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA.	Em alguns países, como o Uganda e possivelmente a Zâmbia, a prevalência do HIV/SIDA está a dar sinais de declínio.	Cerca de 36 milhões de pessoas vivem com HIV/SIDA.
Prover acesso a serviços de saúde reprodutiva a todos os interessados. ^a	A prevalência de contraceptivos atingiu cerca de 50% nos países em desenvolvimento.	Cerca de 120 milhões de casais que querem usar a contracepção não têm acesso a ela.
Executar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável até 2005, para inverter a perda de recursos ambientais até 2015. ^a	O número de países que estão a adoptar estratégias de desenvolvimento sustentável cresceu de menos de 25 em 1990 para mais de 50 em 1997.	A execução das estratégias continua a ser mínima.

a. Objectivo do desenvolvimento internacional.

Os objectivos do desenvolvimento e erradicação da pobreza da Declaração do Milénio: como vão os países?

Objectivo (para 2015)	Realizado		No caminho			Muito atrasado			Em queda			Número de países muito atrasados ou em queda			
	Realizado	No caminho	Realizado	Muito atrasado	Em queda	Total	PMD	África Subsariana							
Igualdade entre os sexos															
Eliminar a disparidade no ensino primário	15	57	2	13	1	14	9	9							
Eliminar a disparidade no ensino secundário	39	25	3	16	2	18	10	12							
Mortalidade infantil e juvenil															
NÚMERO DE PAÍSES															
Reduzir as taxas de mortalidade infantil até dois terços ^a	63		14	73	9	82	27	35							
Reduzir as taxas de mortalidade de menores de cinco até dois terços	66		17	66	10	76	26	34							
Mortalidade materna															
Reduzir as taxas de mortalidade materna até três quartos	13	49	46		37	37	27	31							
Comodidades básicas															
Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável	18	32	42		41	41	27	26							
Fome															
Reduzir para metade a proporção de pessoas famintas	6	37	3	23	17	40	16	21							
Educação universal															
Inscrever todas as crianças no ensino primário	5	27	4	13	9	22	9	10							
Obter a realização universal da escolaridade primária	8	32	28		15	15	11	11							
Privação de rendimento extrema															
Reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem em pobreza extrema	Padrão de crescimento das actividades habituais		11	4	39	31	70	14	17						
	Padrão de crescimento favorável aos pobres		29	6	19	31	50	9	13						

Nota: A análise exclui os países de rendimento elevado da OCDE. Ver a nota técnica 3 para uma explicação dos critérios de avaliação do progresso e para informação sobre as fontes dos dados usados. PMD significa países menos desenvolvidos.

a. Objectivo do desenvolvimento internacional.

Objectivos da Declaração do Milénio: como vão os países?

Percentagem da população mundial^a

Objectivo (para 2015)	Realizado ou no caminho	Atrasado, muito atrasado ou em queda	Sem dados	
Igualdade entre os sexos				
Eliminar a disparidade no ensino primário	58	5	22	
Eliminar a disparidade no ensino secundário	42	22	21	
Mortalidade infantil e juvenil				
Reduzir as taxas de mortalidade infantil até dois terços ^b	23	62	(.)	
Reduzir as taxas de mortalidade de menores de cinco até dois terços	23	62	(.)	
Mortalidade materna				
Reduzir as taxas de mortalidade materna até três quartos	37	48	(.)	
Comodidades básicas				
Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável	12	70	3	
Fome				
Reduzir para metade a proporção de pessoas famintas	62	11	12	
Educação universal				
Inscrever todas as crianças no ensino primário	34	5	46	
Obter a realização universal da escolaridade primária	26	13	46	
Privação de rendimento extrema				
Reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem em pobreza extrema	Padrão de crescimento das actividades habituais	43	34	8
	Padrão de crescimento favorável aos pobres	54	23	8

Nota: As parcelas da população não somam 100 porque a análise exclui os países de rendimento elevado da OCDE.

a. Refere-se à soma das populações dos países nas respectivas categorias, em percentagem da população mundial.

b. Objectivo do desenvolvimento internacional.

Fonte: FAO 2000b; UNICEF 2001b, 2001c; World Bank 2000c, 2001h; UNESCO 2000b; UNFPA 2001; UNAIDS 1998, 2000b; IMF, OECD, UN e World Bank 2000; Hanmer, Healey e Naschold 2000.

2005 – nomeadamente, reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil, prover o acesso aos serviços de saúde reprodutiva a todos os que o queiram e executar estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentado, para inverter a perda de recursos ambientais até 2015.⁵¹

Quais são as perspectivas de realização destes objectivos? As boas notícias são as de que, para a educação primária universal e igualdade entre os sexos na educação, muitos dos países em desenvolvimento que possuem dados, já atingiram estes objectivos ou estão no caminho para o conseguir (figura 1.3). Devido à importância da educação para tantas áreas do desenvolvimento, estas brilhantes perspectivas reforçam as possibilidades de acelerar o progresso em direcção a ou-

tros objectivos (ver a contribuição especial do Presidente Kim Dae-jung da Coreia do Sul). Para além disso, mais de 60% da população mundial vive em 43 países que atingiram, ou estão em vias de atingir, o objectivo de redução para metade do número de pessoas famintas.

As más notícias são as de que, em outras áreas, mais de metade dos países para os quais existem dados disponíveis, não irão atingir os objectivos sem uma aceleração significativa no progresso. Muitos destes fazem parte dos países menos desenvolvidos, na África Subsariana. Enquanto 50 países atingiram, ou estão em vias de atingir, o objectivo da água potável, 83 países, representando 70% da população mundial, estão a atrasar-se ou estão muito para trás. E enquanto 62 países

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Desenvolvimento dos recursos humanos no século XXI: aumentar o conhecimento e as capacidades de informação

Estamos a viver numa era de conhecimento e de informação, repleta de oportunidades mas, também, de perigos. Existem oportunidades para que os menos privilegiados e os pobres se tornem ricos e fortes. Mas, ao mesmo tempo, existe o perigo de que o hiato entre os países ricos e pobres possa alargar-se. A mensagem é clara. Temos que continuar a desenvolver os nossos recursos humanos. O sucesso ou o fracasso dos indivíduos e dos países, assim como a prosperidade da humanidade, depende de conseguirmos desenvolver sensatamente os nossos recursos humanos.

Durante o século XX elementos tão tangíveis como o capital, o trabalho e os recursos naturais foram a força condutora por detrás do desenvolvimento económico. Mas, no novo século, elementos tão intangíveis como a informação e a criatividade darão aos países uma vantagem competitiva. Consequentemente, se formos bem sucedidos no desenvolvimento do potencial dos nossos cidadãos, fomentando um espírito de aventura criativo, os indivíduos e os países tornar-se-ão ricos, mesmo que não possuam muito capital, trabalho ou recursos naturais.

A Coreia do Sul não é dotada com recursos naturais e capital suficientes, mas o seu povo possui o espírito do desafio e a confiança de que se pode tornar num país avançado de primeira ordem no novo século. A fonte da sua confiança está no seu potencial inato e na sua determinação de se desenvolver ao máximo. Com o seu entusiasmo permanente pela educação, o povo Coreano desenvolveu uma base de conhecimento impressionante. A percentagem de alunos do ensino secundário que entra na Universidade é de 68% na Coreia, uma das taxas mais elevadas do mundo. Os Coreanos têm também uma rica tradição de criatividade, absorvendo as culturas importadas na sua própria cultura, como é exemplificado pelas

suas próprias escolas de Budismo e Confucionismo.

Baseados nesta tradição, estamos a fazer um esforço concertado para desenvolver os nossos recursos humanos com vista a tomar a dianteira na era do conhecimento e da informação. Estamos a oferecer oportunidades educativas a todos os cidadãos, incluindo estudantes, agricultores, pescadores, homens e mulheres das forças militares e prisioneiros, para aumentar as suas capacidades de informação. Completámos a construção de uma rede nacional de auto-estradas de informação e estamos, agora, a providenciar às escolas elementares, médias e secundárias o acesso rápido e gratuito à Internet. Estamos a combinar indústrias convencionais, como a produção de automóveis, construção naval, têxteis e mesmo a indústria agrícola, com capacidades de informação.

O número de utilizadores da Internet na Coreia atingiu, recentemente, o máximo de 20 milhões e cerca de 28% da população, ou 4 milhões de famílias, têm acesso rápido à Internet. E planeamos produzir cerca de 200.000 especialistas em informação e tecnologia por volta de 2005. Tudo isto faz parte dos nossos esforços para tornar a Coreia num país com capacidades de conhecimento e informação avançadas no século XXI.

Acredito que os países em desenvolvimento que ficaram para trás na sua industrialização, durante o século XX, podem ultrapassar a pobreza e alcançar o crescimento económico através do desenvolvimento bem sucedido dos seus recursos humanos. E para o fazerem, são vitais a ajuda e a cooperação da comunidade internacional.

O aumento das capacidades de informação pode trazer-nos a abundância, através do aumento da eficiência. Mas a divisão digital entre os que detêm a tecnologia de informação e os que não a

detém, está também a alargar-se. O mundo inteiro deve cooperar para estreitar a diferença e procurar a prosperidade comum. Para esse fim, devemos levar "a globalização da informação" um passo mais adiante, para "a globalização dos benefícios da informação". Os países em desenvolvimento devem ser capazes de participar no processo de promoção das capacidades de informação e de receber a sua parcela justa de benefícios. Devemos fazer um esforço conjunto, quer regional, quer mundialmente, para que toda a humanidade possa partilhar os benefícios da informação avançada e das tecnologias de comunicação.

As propostas da Coreia para o desenvolvimento conjunto de indústrias de ponta foram adoptadas em vários fóruns multilaterais, incluindo a ASEM, a APEC e a ASEAN+3. Além disso, a Coreia organizou em Seul, em Fevereiro de 2000, um fórum sobre Cooperação Sul-Sul em Ciência e Tecnologia, em conjugação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para ajudar a construir uma rede de cooperação de desenvolvimento tecnológico entre os países em desenvolvimento.

A Coreia continuará a apoiar os países em desenvolvimento através do programa de ajuda pública ao desenvolvimento, ao mesmo tempo que participa activamente nos esforços internacionais para ajudar esses países a aumentar as suas capacidades de informação. É crença deste governo, que só através de tais esforços toda a humanidade pode partilhar a paz e a prosperidade.



Kim Dae-jung
Presidente da Coreia do Sul

estão em vias de reduzir a mortalidade materna até três quartos, 83 estão a atrasar-se ou estão muito para trás. Quanto à privação de rendimento, mais de 40% da população mundial vive em países que estão no caminho para atingir o objectivo. Mas, estão concentrados em 11 países, incluindo a Índia e a China, enquanto 70 países estão muito atrasados ou em queda. Ainda que estes países contenham apenas um terço da população mundial, no entanto, correspondem a mais de metade de todos os países em desenvolvimento. Sem a China e a Índia, 9 países, com 5% da população mundial, estariam no caminho para reduzir a metade a proporção das pessoas que vivem com extrema privação de rendimento. A situação é possivelmente muito séria para a mortalidade de menores cinco anos. Enquanto 66 países estão em vias de atingir o objectivo, 83 países, com cerca de

60% da população mundial, estão a atrasar-se ou a ficar muito para trás – e em 10 países, as taxas de mortalidade de menores de cinco anos estão a aumentar. Embora não existam dados de tendência comparáveis sobre a prevalência do HIV/SIDA para fazer uma análise completa, a prevalência mundial do HIV/SIDA entre os adultos está ainda em crescimento, com apenas poucos países, como o Uganda e, possivelmente, a Zâmbia, a darem sinais de redução.⁵²

O progresso humano nos últimos 30 anos mostra-nos o que é possível. O mesmo faz o Relatório deste ano. Uma das suas principais mensagens é a de que o avanço tecnológico contribuiu grandemente para a aceleração do progresso humano nos vários séculos anteriores. Estas contribuições têm a promessa duma aceleração ainda maior.

*O avanço tecnológico
contribuiu grandemente
para a aceleração do
progresso humano nos
vários séculos anteriores*